

Villa romana de Frielas

ANA RAQUEL SILVA ARQUEÓLOGA – CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

Introdução

➤ A *villa* romana de Frielas, assim designada em função do topónimo da localidade onde se localiza, é alvo de campanhas anuais de escavação desde 1997, decorrentes de uma investigação programada, de iniciativa municipal, estimando-se que as estruturas ocupem, no mínimo, uma área de 3 500 m².

A área atualmente em escavação corresponde à *pars urbana* da *villa*, cuja implantação data dos finais século III/inícios do século IV d.C.. Reconhecem-se, no entanto, vestígios que apontam para uma ocupação anterior enquadrável nos séculos I/II d.C.

Localização

A *villa* localiza-se na zona norte da freguesia de Frielas, no concelho de Loures, na margem direita da ribeira da Póvoa, a uma cota de 9 m. Implantada na base da encosta, esta propriedade rural beneficiou da proximidade do rio e da inerente fertilidade do solo, características próprias desta região muito rica de lezírias alimentadas pelo estuário do rio Tejo, através do rio Trancão.

Frielas integrava, à época romana, o território afeto à cidade de *Olisipo* o qual abrangia uma vasta área, desde Torres Vedras a norte, e a oriente, até às proximidades de Alenquer, coincidindo aproximadamente com o designado Termo de Lisboa em época medieval.

A villa de Frielas

As estruturas que têm vindo a ser descobertas correspondem a uma *villa* implantada no local nos finais século III/inícios do século IV d.C. reconhecendo-se, no entanto, evidências de uma ocupação anterior, de época alto-imperial. O registo arqueológico revela ainda, uma ocupação tardia desta *villa* tendo o seu abandono ocorrido nos inícios do século VII d.C. (Fig. 1).

Fase inicial (3.º quartel século I d.C. – 1.º quartel século III d.C.)

A ausência de *terra sigillata* itálica e escassez de cerâmica de paredes finas (alguns pequenos fragmentos de forma indeterminada), assim como a fraca presença de *terra sigillata* sudgálica, e a predominância da ânfora tipo Dressel 14 são fortes indicadores de que o funcionamento da *villa* de Frielas terá tido o seu início a partir do 3º quartel do século I d.C. .

Não é possível adiantar pormenores sobre a arquitetura desta primeira *villa*; os troços de parede que restam apresentam construção em pedra calcária de pequena/média dimensão ligada por terra e são claramente insuficientes para aferir da planta original (Fig. 1). Existe a probabilidade de ter tido pavimentos em mosaico uma vez que se observam, em alguns dos mosaicos da *villa* posterior, camadas de assentamento constituídas por dezenas de *tes-sellae* soltas, as quais poderão ser resultado da desmontagem de pavimentos anteriores.

É sobretudo através dos materiais recolhidos, nomeadamente da *terra sigillata*¹ e material anfórico² que se tenta caracterizar esta fase inicial.

À ausência de *terra sigillata* itálica, soma-se a fraca representatividade de produções sudgálicas situação que poderá explicar-se pela concorrência que as importações hispânicas terão provocado ao longo da 2ª metade do século I d.C., sobretudo a partir de 80 d.C., impondo-se àquelas. Dos 8 fragmentos identificados (2.23% no total), destaca-se um bojo com decoração figurativa (Est. III:1) e um bojo marmoreado, ambos de forma indeterminada. Nas produções hispânicas (13.23%) predominam as taças Drag. 27 (Est. III: 2, 3) e os pratos Drag. 15/17 (Est. III: 4). Não obstante a dificuldade inerente à distinção dos centros produtores, uma primeira observação macroscópica dos vários fragmentos resultou no predomínio das importações de Andújar sobre as de *Tritium*.

A este facto não será alheia a presença de um conjunto de ânforas oleícolas, de origem bética, que atestam contactos comerciais com a região andaluza desde os inícios do século I d.C. – é o caso da Dressel 20, produzida entre os séculos I e III d. C. (Est. I:1). É sobretudo relevante o consumo de preparados piscícolas que chegariam envasados, na sua esmagadora maioria, em ânforas de origem lusitana. É o caso da Dressel 14 (Est. I: 2, 3), com uma representação de 26.50%, produzida sobretudo entre o século II d.C. e inícios do século III d.C. correspondendo assim, ao primeiro momento de produção industrial e oleira dos vales do Tejo e Sado³.

Segunda Fase (1.º quartel século III d.C. – 1.º quartel século V d.C.)

O século III d.C. parece marcar a transição para um segundo momento de ocupação desta unidade rural. A partir do último quartel do século II d.C. as primeiras importações africanas de *terra sigillata* começam a chegar a Frielas a par da diminuição das produções hispânicas.

Estão representados em Frielas os fabricos A, C e D, constituindo 57.05% do total da *terra sigillata* (25.25% do fabrico A, 28.86% do fabrico C e 45.87% do fabrico D), contrastando, nitidamente, com o total das produções anteriores, 13.58%. A totalidade das peças identificadas do fabrico A correspondem à taça Hayes 14/17 (Est. III: 5), cuja produção se enquadra entre os meados do século II d.C. e o século III d.C.. No fabrico C, verifica-se a presença dos pratos Hayes 45 (Est. III: 6) e 50, predominando este último. Com larga difusão no atual território nacional, enquadram-se entre o 2º quartel do século III d.C. e o 1º quartel do século IV d.C. .

Além de dominar as importações africanas, o fabrico D é, também, aquele que está representado por um maior número de formas, registando maior presença os exemplares produzidos entre inícios do século IV d.C. e 1ª metade do século V d.C. O prato Hayes 59 (dos inícios IV d.C. – 1º quartel V d.C.) predomina largamente sobre as restantes, destacando-se um fragmento de fundo com vestígios de decoração estampilhada (Est. III: 7, 8). Seguem-se os pratos Hayes 58 (inícios IV d.C. – 3º quartel IV d.C.) (Est. IV: 1), tigelas Hayes 67 (360-470 d.C.) (Est. IV: 2, 3) e pratos Hayes 61A (1º quartel IV d.C. – 1º quartel V d.C.) (Est. IV: 4). Ainda que sem forma atribuída, registam-se 5 fragmentos com guilhoché e decoração estampilhada, ostentando motivos geométricos e florais, que se enquadram entre a 2ª metade do século IV d.C. e 1ª metade do século V d.C. (Est. IV: 5). Forma pouco comum, o prato Hayes 60 parece estar presente em Frie-

las com um fragmento de bordo, enquadrando-se entre 320 e 380 d.C. (ALARCÃO e ETIËNNE, 1975, 263).

Verifica-se igualmente, o aparecimento de novas formas de ânfora, em resultado de alterações ocorridas nos centros produtores, caracterizando assim, novo momento de ocupação da *villa*. À semelhança da fase anterior, dominam as produções lusitanas. É o caso das Almagro 50 (Est. I: 4), 51 a-b (Est. I: 5) e 51c (Est. II: 1, 2, 3), com uma representação de 28.89%, cuja produção se enquadra entre os séculos III d.C. e V d.C. O consumo de preparados piscícolas está, ainda, documentado por uma importação da Bética, a forma Almagro 53, com uma representatividade de 1.20%. Também se verifica a presença de ânforas para transporte de azeite, importadas da Bética, ainda que com caráter residual, como é o caso Dressel 23, cujo período de produção compreende os finais do século III d.C. e século V d.C. . Também com caráter residual (1.20%), regista-se a presença de uma produção norte africana, a forma Africana Tardia (Est. II: 4), com uma cronologia compreendida entre os finais do século III d.C. e o século IV d.C..

Em ambos os momentos de ocupação, regista-se a fraca representatividade das ânforas de azeite, facto que poderá estar relacionado com o caráter de luxo que estes produtos importados teriam no contexto económico da *villa*. Na verdade, o reduzido número de ânforas oleícolas registado poderá pressupor um consumo de azeite produzido no local ou região, transportado noutro tipo de contentor (*dollia*, por exemplo), tendo o produto importado sido reservado para consumos especiais.

Este segundo momento de ocupação da *villa* de Frielas terá obedecido a uma profunda reformulação arquitetónica donde resultou uma casa de planta em U, com um amplo peristilo de planta quadrangular, delimitado por um pórtico colunado do qual restam quatro bases de coluna áticas e um capitel jónico (2ª metade século III d.C./inícios IV d.C.) (Fig. 1). Esta nova *villa* caracteriza-se, ainda, pelos pavimentos em mosaico, revestimentos parietais pintados e em mármore.

A construção deste novo espaço habitacional terá arrasado as estruturas anteriores, mantendo-se apenas alguns troços sob os novos pavimentos.

É o período áureo desta *villa*, durante o qual se verifica intensa atividade económica comprovada pela abundante importação de terra sigillata clara D e pelo conjunto homogéneo de numismas recolhidos que aponta para uma cronologia entre os 2º e 4º quartel do século IV d.C. .

Fase de abandono (2.º quartel século v d.C. – inícios século vii d.C.)

Do século V d.C. em diante, verifica-se que, apesar da redução nas importações, Frielas mantém ainda contactos comerciais na bacia do Mediterrâneo, sobretudo ao nível da *terra sigillata*, mas também das ânforas, ainda que de forma vestigial.

É o caso de dois fragmentos de Late Roman I/Classe 35 (Est. II: 5), ânfora de azeite produzida na atual Tunísia, entre os séculos IV e VI. As produções lusitanas desaparecem do registo de Frielas, coincidindo com os dados que apontam para o encerramento das unidades industriais dos vales do Tejo e Sado na 1ª metade do século V d.C. (VIEGAS, 2003: 195).

Nas importações de *terra sigillata*, regista-se a presença da tigela Hayes 91 (Est. IV: 6), representada por dois fragmentos de bordo, um do tipo B, com uma cronologia entre os meados século IV d.C. e as 1ª décadas do século VI d.C., e o outro, de menores dimensões,

provavelmente do tipo D, cuja produção se prolongou até ao século VII d.C.. Também com cronologias do século VI d.C. – meados dos século VII d.C., registam-se um fragmento de tigela Hayes 99 e um fragmento de bordo tipo Hayes 110 (Est. IV: 7). Este último foi recolhido sobre o pavimento de mosaico que reveste o corredor de acesso ao peristilo fixando, definitivamente, o abandono da *villa* de Frielas nos inícios do século VII d.C. . Verificam-se, ainda, dois fragmentos de bordo de prato tipo Hayes 3, de fabrico focense tardio, datado dos meados século V d.C. e inícios século VI d.C.

A quebra verificada nas importações poderá traduzir um decréscimo na capacidade económica do proprietário da *villa* de Frielas. Esta hipótese poderá ser corroborada pelo remendo dos pavimentos de mosaico e pela redução do espaço funcional da casa. Para o preenchimento das lacunas nos pavimentos em mosaico, recorreu-se ao *opus signinum*, umas vezes, outras a fragmentos de *imbrice* em vez de *tesselae*. Se é verdade que um uso prolongado no tempo poderá ter danificado alguns destes pavimentos, também a determinada altura os seus proprietários poderão já não ter tido o poder económico suficiente para reparar convenientemente os pavimentos em mosaico. Quanto à redução do espaço, verifica-se que a determinada altura se construíram paredes sobre os pavimentos em mosaico, e que fecharam espaços outrora amplos como aconteceu com a ala sudoeste do peristilo. (FIG. 1)

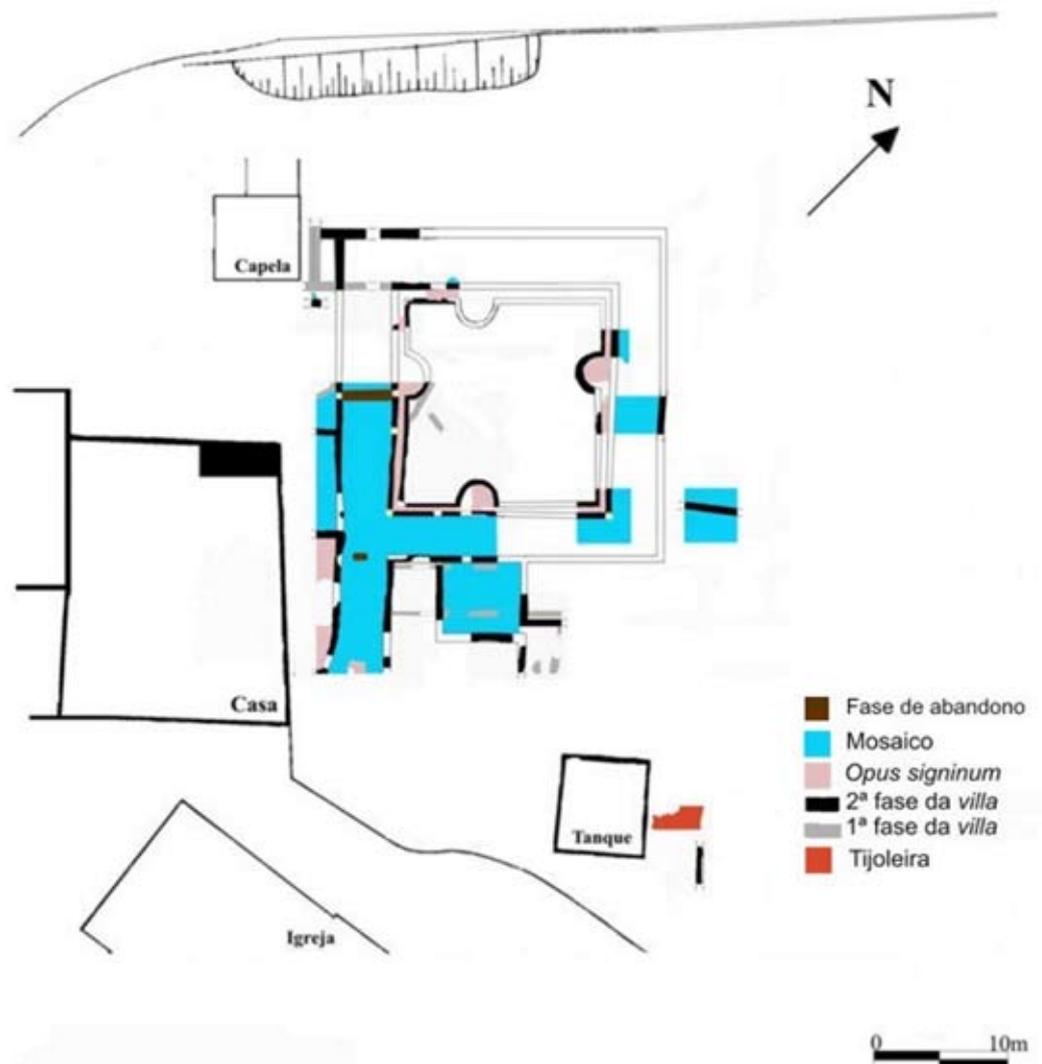


Figura 1
Planta geral da *villa*
de Frielas.

A *villa* de Frielas no contexto da rede viária

A *villa* de Frielas enquadra-se numa rede de unidades de produção, de caráter rural, já registadas no atual concelho de Loures, e que caracterizam a vivência deste território enquanto espaço integrante do *ager olisiponensis*. Esta rede de unidades de produção seria, necessariamente, suportada por um sistema viário terrestre (FIG. 2). Este sistema viário terrestre seria complementado pela rede hidrográfica que, à época, teria uma importância muito relevante na economia, transporte de mercadorias e mobilidade das populações.

A área correspondente ao atual concelho de Loures seria atravessada, em época romana, pelas estradas que ligavam *Olisipo* a *Emérta Augusta* e às sedes conventuais de *Scallabis* e *Bracara Augusta*. Na verdade, o troço que ligava *Olisipo* a *Scallabis* seria comum às estradas para *Emérta Augusta* e *Bracara Augusta*. Este mesmo troço apresentaria duas variantes, uma litoral, outra mais interior.

A variante pelo litoral sairia de *Olisipo* a partir da Casa dos Bicos, passando por Xabregas e entrando no atual concelho de Loures através da Portela de Sacavém. Seguiria por Sacavém onde Francisco de Holanda⁴ localizou uma ponte, de época romana, com quinze arcos e tabuleiro horizontal. A referência a uma inscrição, atualmente desaparecida, levanta a hipótese de aqui ter existido um *vicus* carecendo, no entanto, de confirmação arqueológica⁵.

Segundo Vasco Mantas (MANTAS, 1998:20), e após a travessia do rio Trancão, a estrada seguiria em direção à Quinta da Parreirinha, na Bobadela, continuando paralela ao rio Tejo, passando por São João da Talha até Santa Iria da Azóia. Em São João da Talha existem referências a achados do período romano na Quinta da Maçaroca⁶ e, em Santa Iria da Azóia, foram identificados alguns materiais de época romana nas sondagens arqueológicas realizadas no âmbito da construção da ligação do MARL ao IC2⁷, confirmando, assim, a importância destes eixos viários na estratégia de povoamento do território.

Adiante, a estrada seguiria um caminho coincidente com os limites dos concelhos de Loures e Vila Franca de Xira, tomando a direção de Vialonga e Alverca, onde entroncaria com o troço que constituía a segunda variante do troço *Olisipo* a *Scallabis*.

A estrada que constituía a segunda variante aproximava-se do termo de Loures pela Calçada de Carriche, descendo pelo vale da Póvoa de Santo Adrião. A estrada continuava para a Ponte de Frielas pelo sopé da encosta, em direção a Loures. Ao troço que passava na Ponte de Frielas deveria corresponder o miliário encontrado em Frielas, atualmente desaparecido, ostentando inscrição honorífica: [...] / BONO / REIP (ublicae) NATO. Com cronologia provável de finais do século III/século IV d.C., poderá ser atribuído ao Imperador Magnêncio, que governou o Ocidente entre 350/353 d. C., por semelhança com o miliário encontrado em Chelas (MANTAS, 1998: 22). O cruzamento de vias que a Ponte de Frielas representa atualmente poderá ter tido correspondência em época romana, partindo daí um caminho secundário de acesso à *villa* de Frielas (e, eventualmente, servindo também Unhos, onde recentemente se identificou uma necrópole de incineração, enquadrável nos séculos I d.C.– II d.C., e um conjunto de tanques associados à condução de água e indústria de transformação) (SILVA, SANTOS, no prelo).

Seguindo aproximadamente o atual traçado da E.N.8, a estrada entraria na cidade de Loures passando pelo sítio das Almoínhas, provável *villa* de grandes dimensões ou *vicus*, com uma diacronia de ocupação entre os séculos II d.C. e IV d.C. Na lixeira ali identificada, foram descobertos dois miliários, um dos quais apresenta inscrição honorífica a *Valerius Licinianus Licinus* (313/324 d.C.).

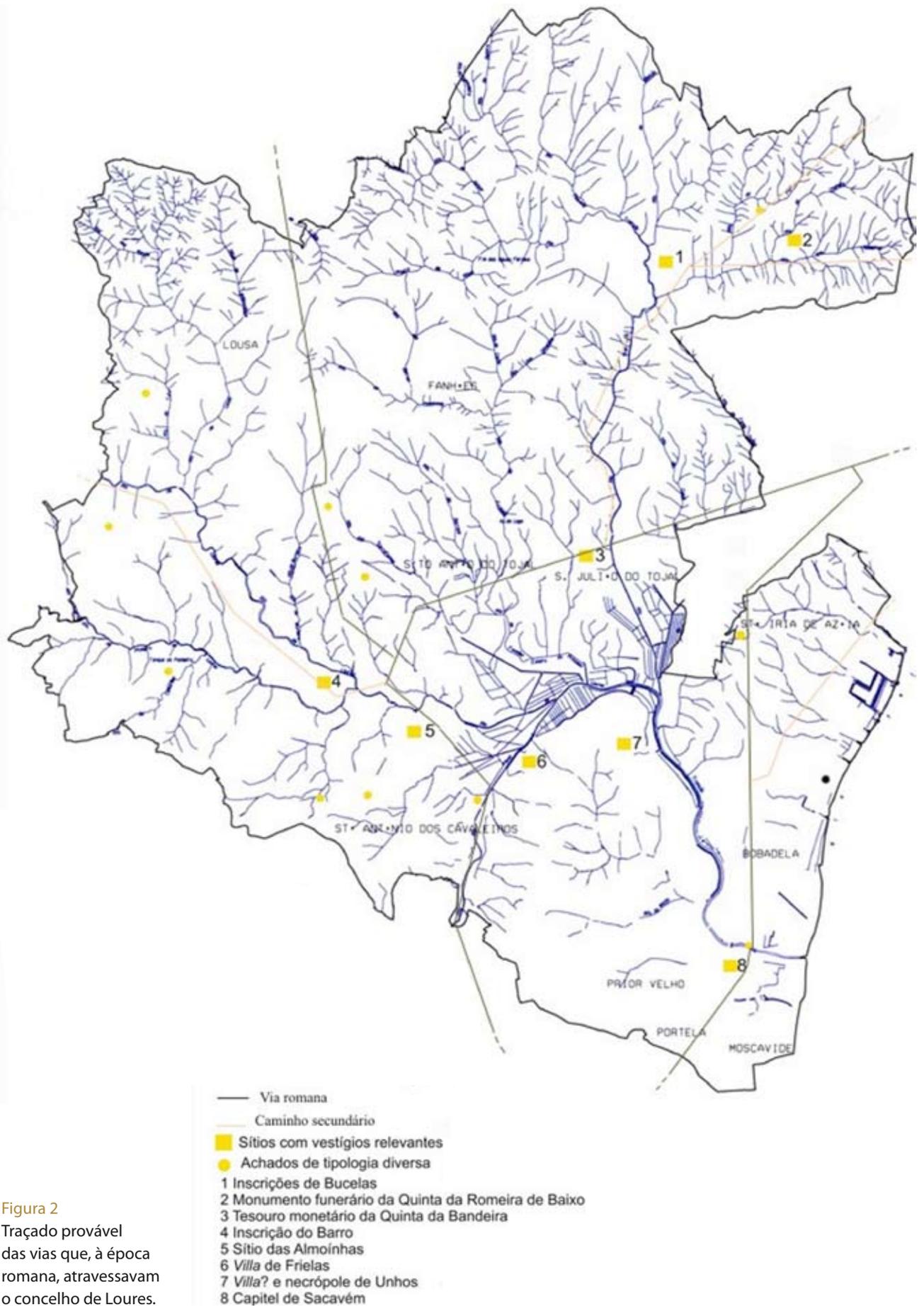


Figura 2
 Traçado provável
 das vias que, à época
 romana, atravessavam
 o concelho de Loures.

Atravessado o rio de Loures, a estrada seguiria pela Quinta do Sacouto, São Roque, Santo Antão do Tojal, a cerca de 15m de altitude, subindo para São Julião do Tojal, aí atravessando o rio Trancão e convergindo para Alverca onde, junto a Vialonga, entroncava com a variante que vinha de Sacavém. Segundo Vasco Mantas (MANTAS, 1998:21), eram identificáveis troços desta estrada, em fotografia aérea, entre Santo Antão e São Julião do Tojal. Em Santo Antão, no lugar da Quinta Velha (OLIVEIRA, 2004: 38), contíguo ao local onde Vasco Mantas identificou um desses troços, e por ocasião duma obra de construção, foram identificados vestígios materiais de ocupação romana os quais poderiam estar relacionados.

Ainda em São Julião do Tojal, o atual entroncamento para Bucelas poderá corresponder a um caminho secundário, existente à época, na direção de Bucelas. A necessidade deste caminho justifica-se facilmente pelas evidências arqueológicas registadas nesta freguesia e que atestam uma ocupação daquele território entre os séculos I d.C. e III d. C. Destaca-se o monumento funerário do tipo mausoléu, na Quinta da Romeira de Baixo, com uma primeira leitura cronológica integrável nos séculos II d.C. e III d.C. (ESTÊVÃO, 2004: 45-51).

No ponto em que esta segunda variante atravessava o rio de Loures, a estrada apresentaria uma bifurcação na direção de *Conimbriga*, passando por *Collipo*. Seguiria, então, por Sete Casas, passando junto da Quinta da Mata e subindo em direção a Malhapão onde Octávio da Veiga Ferreira fez referência a uma «(...) *villa rustica* Romana. (...)» (FERREIRA, 1973/74: 131-150).

Prosseguindo, a estrada dirigia-se para o Cabeço de Montachique. Alcançando uma cota superior a 300m, voltaria a descer para vale de São Gião, deslocando-se ao longo do ribeiro do mesmo nome. A partir daqui a estrada continuaria para norte, através do concelho de Mafra, em direção a Torres Vedras.

A par deste sistema viário terrestre, o atual concelho de Loures beneficiou, igualmente, da vasta bacia fluvial do rio Trancão, a poente, e do rio Tejo, a leste, potenciando uma via de comunicação complementar daquele território.

Desconhecem-se, até à data, evidências arqueológicas dessa circulação fluvial em época romana. A descrição que Estrabão (TAVARES, 2004: 435) fez do rio Tejo, nomeadamente dos seus esteiros que inundavam os campos de ambas as margens até 10 km da foz, comparando-os a um mar e tornando a planície navegável, deverá transmitir uma imagem muito próxima do que seria a atual várzea de Loures à época. Um facto incontornável é o da várzea de Loures ter sido navegável até Santo Antão do Tojal, até meados do século XVIII. Assim o atestam vários documentos de época moderna.

João Brandão escrevia em 1552, a propósito dos barcos que abasteciam os mercados de Lisboa: «E em Sacavém, Tojal, Santo António, a Granja, Frielas, Camarate, Unhos, a Mealhada, andam 20 batéis, que todos os dias vêm à cidade (...)» (BRANDÃO, 1990: 83).

Entre 1604 e 1625, Manuel Severim de Faria descrevia assim o rio Trancão:

He este esteiro quando desemboca no Tejo de gram fundo; tanto que nelle entrão navios de muitas tonelladas, (...) a larguesa não he muita e se passa este estreito por hua barca (...) O Rio se vai estreitando polla terra dentro para a parte do Poente sempre em altura que navegaõ barcas, e de hua parte e de outra da ribeira esta cerquada de quintas fresquíssimas, e de muitas marinhas (...) (SERRÃO, 1974: 75).

João Bautista de Castro referiu-se aos «(...) vistosos portos de Unhos, Frielas, Mealhada, Granja, Marnotas, Santo António do Tojal (...)»⁸, na sua obra de 1762, confirmando, deste modo, a navegabilidade do rio Trancão ainda na 2.ª metade do século XVIII.

A via fluvial seria utilizada, sobretudo, e por comparação com épocas históricas mais recentes, para o transporte de mercadorias com destino a *Olisipo*, uma vez que os custos seriam substancialmente mais reduzidos do que o transporte terrestre.

E que mercadorias seriam estas?

A natureza fértil dos terrenos da várzea e a exploração dos recursos naturais terão fornecido, decerto, um conjunto de bens que permitiam manter um abastecimento regular à cidade de *Olisipo*. Mais uma vez, recorre-se a fontes de época mais recente que ilustram algumas atividades económicas em época medieval, sobretudo relacionadas com a horticultura, o cultivo de vinha, olival, figueira e cereal (BARBOSA, VICENTE, 1999: 23-4).

O recurso à pesca poderia constituir, igualmente, uma atividade importante – o acompanhamento de uma obra na várzea de Loures resultou na recolha de algum espólio de época romana, do qual se destaca um provável peso de rede (OLIVEIRA, 2004: 37-8) – assim como a recolha de moluscos. Foram detetados, na *villa* de Frielas, já em contextos pós-romanos, conjuntos de moluscos que evidenciam o seu consumo no local mas, cuja recolha poderia ter constituído uma atividade económica rentável.

No entanto, a mercadoria mais relevante deveria ser o sal.

O rio Trancão e seus afluentes eram influenciados, através do rio Tejo, pelas marés e correntes de água salgada que viabilizaram a importante atividade de extração de sal, bem documentada em época medieval (BARBOSA, VICENTE, 1999: 24, 30). Na ausência, mais uma vez, de vestígios de cariz arqueológico, é por comparação que se coloca a hipótese de, em época romana, a atividade salineira ter assumido um papel importante na economia local. A importância do sal, sobretudo na conservação dos alimentos, torná-lo-ia um bem precioso. É tentador, pois, ver no sal a mercadoria mais importante com destino ao mercado da metrópole.

Considerações finais

Face aos dados atualmente disponíveis, é possível constatar que o território de Loures acusa uma forte ocupação em época romana, nomeadamente em época Imperial (aparentemente, com especial incidência a partir do século II d.C.). A este dado, não será alheio o facto da cidade de *Olisipo* ter sido elevada à categoria de Município entre os anos de 31 e 27 a.C., data a partir da qual se poderá ter verificado a proliferação dos casais, *villae* e *vicus* no *ager olisiponensis*. Não obstante alguma controvérsia sobre a data exata da elevação de *Olisipo* a *municipium civium Romanorum* (FARIA, 1999, 36-7), optámos por referir aquela que normalmente é indicada, pelo facto do presente artigo não tratar, diretamente, esta questão.

A *villa* de Frielas enquadra-se neste panorama cronológico revelando, inclusivamente, uma permanência mais dilatada no tempo. Da análise do material anfórico e da *terra sigillata* resulta uma continuidade nos padrões de consumo desta *villa*, desde o 3º quartel do século I d.C. até inícios do século V d.C., momento a partir do qual assumem relevância um conjunto de indícios que apontam para o abandono gradual da *villa*, até aos inícios do século VII d.C. .

Dentro do amplo período de ocupação efetiva da *villa* distinguem-se duas fases construtivas (Fig. 1).

A primeira fase, da qual restam muito poucos vestígios físicos, apenas identificada por alguns troços de parede que se mantiveram sob as estruturas da fase seguinte e pelos mate-

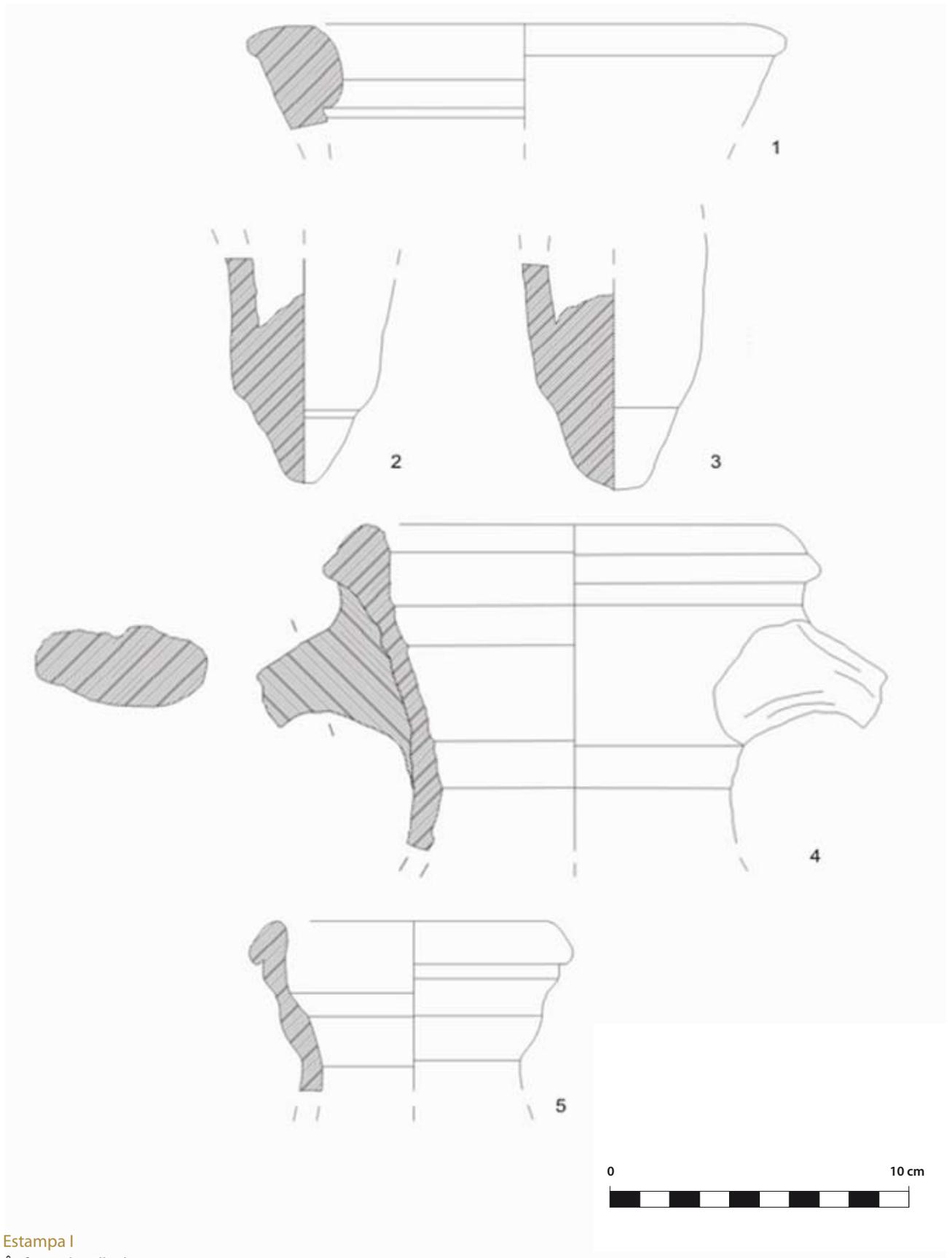
riais arqueológicos. Com início muito provável no 3º quartel do século I d.C., ter-se-á prolongado até meados do século III d.C., período em que terá tido lugar uma reestruturação de toda a *villa* – ou pelo menos da *pars urbana* que é a única área para já em escavação. A concorrer para esta cronologia estão os motivos decorativos dos mosaicos que apontam para os finais do século III d.C. ou inícios do IV d.C. . Também os elementos arquitetónicos ali identificados remetem para os meados/finais do século III d.C. .

Desconhecem-se as razões que terão levado à construção de uma nova *villa* sobre a anterior. É notória, no entanto, a opulência demonstrada nesta nova fase que se estende até meados do século V d. C., quer através das trocas comerciais que se mantêm intensas, quer no programa decorativo adotado. Ainda que demonstrando alguma contenção económica, tanto os mosaicos como os elementos arquitetónicos parecem de acordo com os modelos então seguidos nesta zona do Império, embora com menor qualidade (FERNANDES, 2004:28).

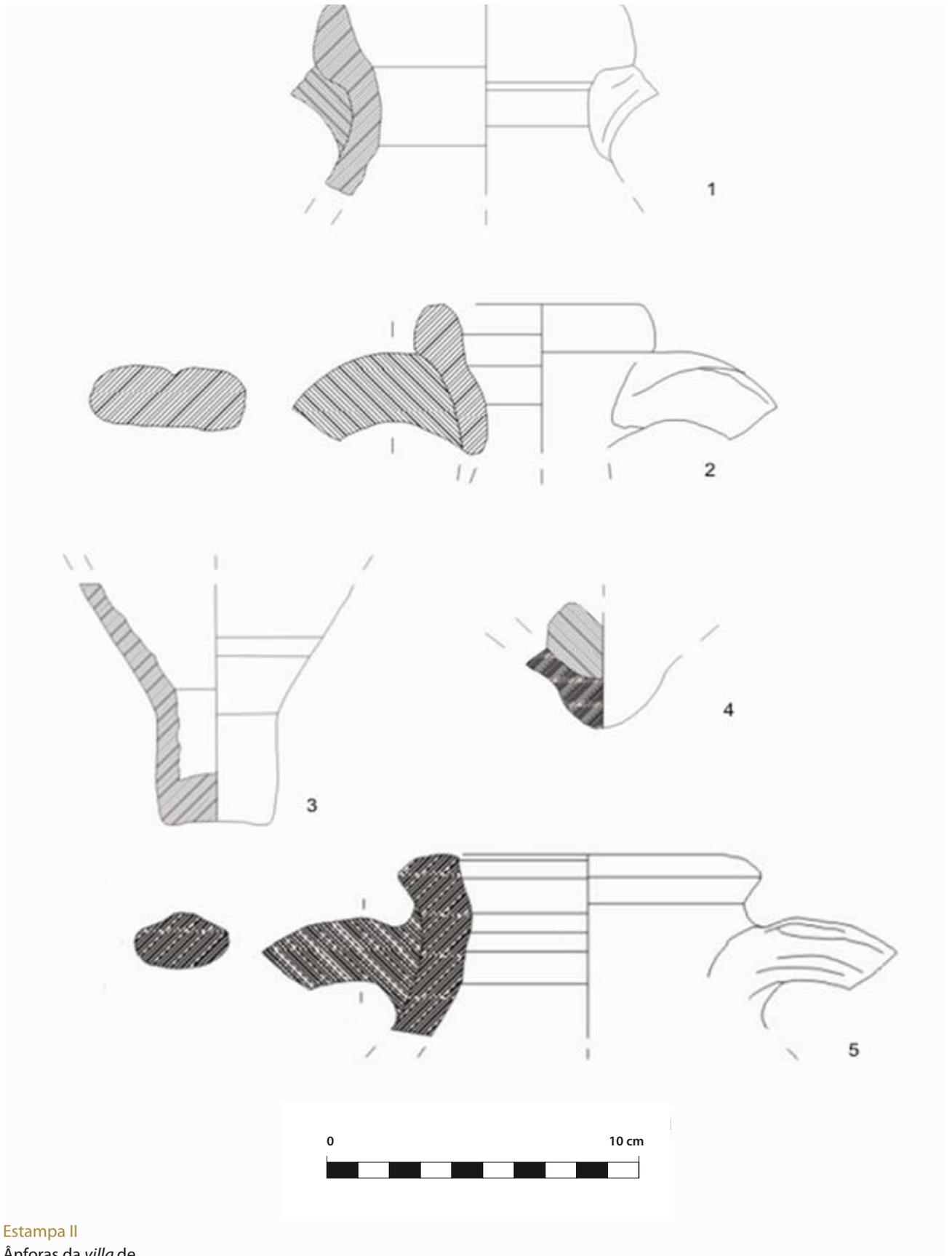
Parece, igualmente, bastante provável relacionar a dinâmica desta 2ª fase de ocupação da *villa* de Frielas com a passagem, na Ponte de Frielas, do troço de estrada que ligava *Olisipo* a *Scallabis*. Se nos detivermos na cronologia dos marcos miliários conhecidos nesta estrada, como é o caso dos de Chelas, Frielas, Almoínhas e Alverca, todos apontam para os meados do século IV d.C. o que pode subentender um maior investimento nesta via durante o Baixo-império, que potenciou novas formas de ocupação daquele território.

Ao facto desta estrada estar associada à passagem do *cursus publicus* não será alheia a recolha de uma caixa de selo, em liga de cobre, na *villa* de Frielas.

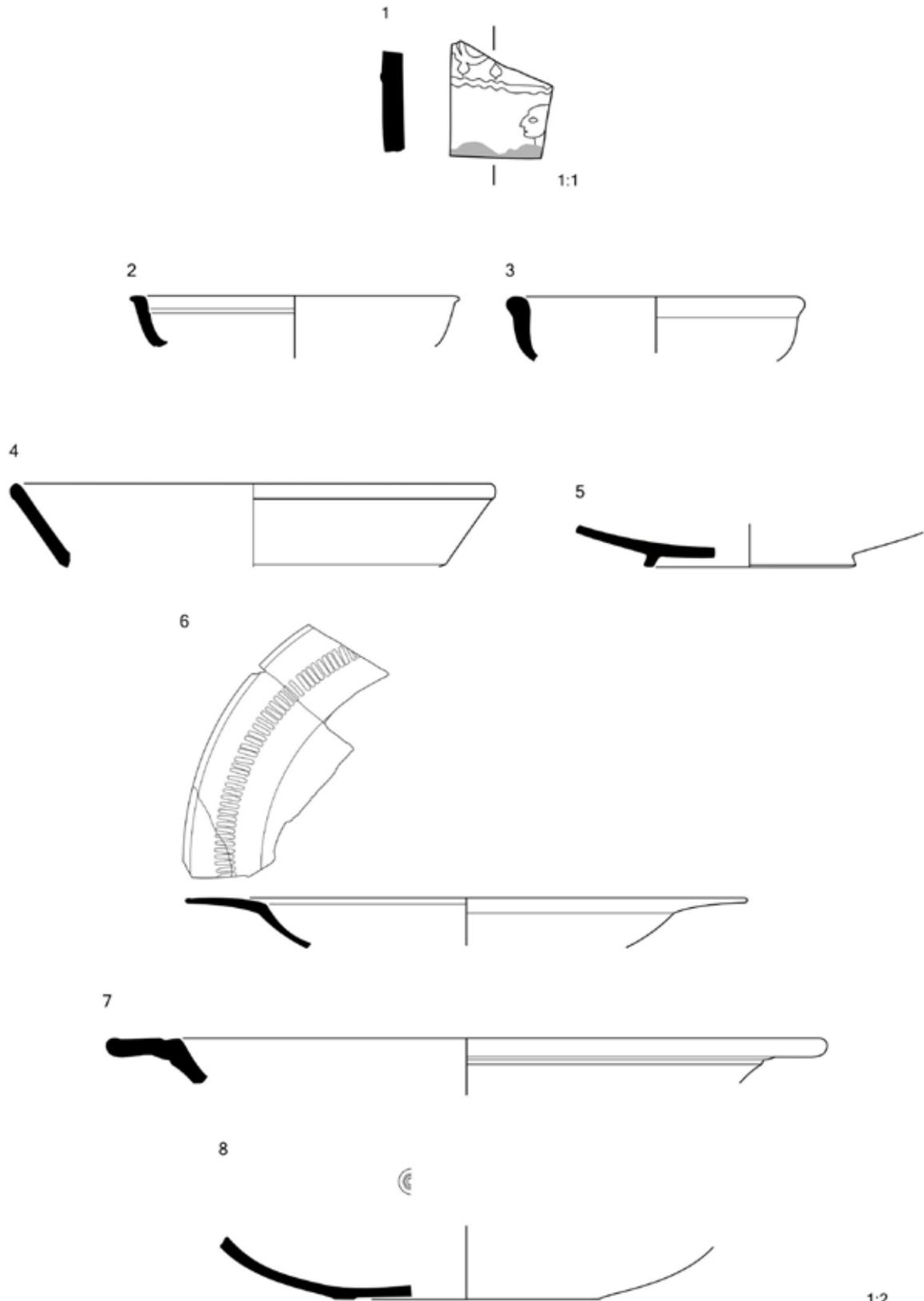
A partir dos meados do século V d.C., a *villa* entra em decadência, vindo a ser abandonada nos inícios do século VII d.C.



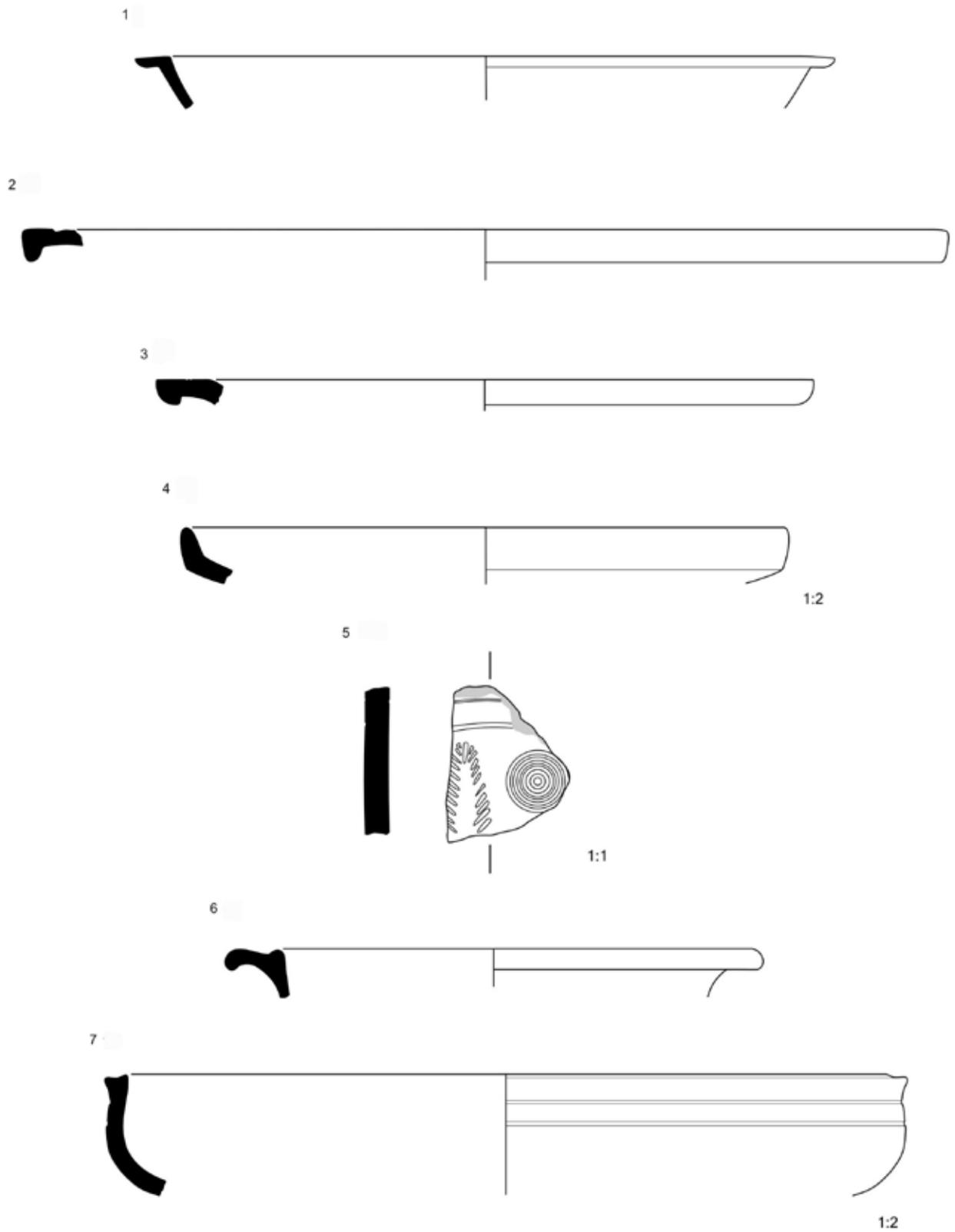
Estampa I
Ânforas da *villa* de
Frielas (desenhos de
Ana Raquel Policarpo).



Estampa II
Ânforas da *villa* de
Frielas (desenhos de
Ana Raquel Policarpo)



Estampa III
Terra sigillata da villa
 de Frielas (desenhos
 de Luís Carlos Reis).



Estampa IV
Terra sigillata da villa
 de Frielas (desenhos
 de Luís Carlos Reis).

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de ; ETIENNE, R. (1975)** – *Fouilles de Conimbriga. IV. Les Sigillées*, Mission Archéologique Française au Portugal. Musée Monographique de Conimbriga. Paris.
- ALMEIDA, M. J. de, CARVALHO, A. (2004)** – Vias e circulação de produtos no SW do *conventus emeritensis*: o exemplo da Quinta das Longas (Elvas, Portugal) In: GORGES, Jean-Gerard, CERRILLO, Enrique, NOGALES BASARRATE, Trinidad (eds.), *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitânia Romana: las comunicaciones*. Cáceres, 7 – 9 de novembro de 2002, p. 369-389.
- BARBOSA, P. G., VICENTE, A. B. (1999)** – Frielas Medieval. In: *Medieval e Moderno em Loures. Viagens pelo Património* [Catálogo de Exposição]. Loures. Câmara Municipal de Loures. Museu Municipal de Loures, p.21-35.
- BRANDÃO (de BUARCOS), João, Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552**. Organização e notas de José da Felicidade Alves. Livros Horizonte. Lisboa, p. 83.
- ESTÊVÃO, F. (2004)** – Notícia sobre a Estrutura Arquitetónica da Quinta da Romeira de Baixo (Bucelas) – Mausoléu Familiar associado ao ritual de incineração. In: *Arqueologia como Documento* [Catálogo de Exposição]. Loures. Câmara Municipal de Loures. Departamento Sociocultural. Divisão do Património Cultural, p.45-51.
- FARIA, A. M. (1999)** – Colonização e municipalização nas províncias hispano-romanas: reanálise de alguns casos polémicos. In: *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 2. Número 2. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa, p. 29-50.
- FERNANDES, L. (2004)** – Decoração Arquitetónica da *villa* Romana de Frielas. Capitéis e Bases. In: *Arqueologia como Documento* [Catálogo de Exposição]. Loures. Câmara Municipal de Loures. Departamento Sociocultural. Divisão do Património Cultural, p.21-36.
- FERNANDES, Luís, (1998)** – Inscrições romanas do Termo de Loures. In: *Da Vida e da Morte. Os Romanos em Loures* [Catálogo de Exposição]. Loures. Câmara Municipal de Loures. Departamento Sociocultural. Divisão do Património Cultural, p. 75-92.
- FERREIRA, O. da V. (1973.74)** – Notícia de algumas estações pré e proto-históricas e objetos isolados inéditos ou pouco conhecidos – 2ª parte. *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*. 79-80, p. 131-150.
- MANTAS, V. G. (1998)** – Vias Romanas do Concelho de Loures. In: *Da Vida e da Morte. Os Romanos em Loures*, [Catálogo de Exposição]. Loures. Câmara Municipal de Loures. Departamento Sociocultural. Divisão do Património Cultural, p. 17-28.
- NOLEN, J. U. S. (1988)** – *A villa romana do Alto da Cidreira (Cascais) – os materiais*. Separata do volume XXVII da revista *Conimbriga*. Associação Cultural de Cascais, p. 61-140.
- OLIVEIRA, A. C. (1998)** – A *villa* Romana das Almoínhas (Loures). O contexto da presença romana no concelho de Loures In: *Da Vida e da Morte. Os Romanos em Loures*, [Catálogo de Exposição]. Loures. Câmara Municipal de Loures. Departamento Sociocultural. Divisão do Património Cultural, p. 29-41.
- OLIVEIRA, A. C. (2004)** – Notícia sobre Novos Achados Arqueológicos em Loures. In: *Arqueologia como Documento* [Catálogo de Exposição]. Loures. Câmara Municipal de Loures. Departamento Sociocultural. Divisão do Património Cultural, p.37-43.
- POLICARPO, A. R. (No Prelo)** – As ânforas da *villa* romana de Frielas. In: *Atas das Jornadas de Arqueologia do Vale do Tejo, em território português*, 3 – 6 de abril de 2008, Museu de Cerâmica de Sacavém.
- QUARESMA, J. C. (2003)** – *Terra Sigillata sudgálica num centro de consumo: Chãos Salgados, Santiago do Cacém (Miróbriga?)*. Trabalhos de Arqueologia. 30. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa.
- SERRÃO, J. V. (1974)** – *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria. 1604.1609.1625*. Lisboa, p.75.
- SILVA, A. R. (2003)** – A *villa* romana de Frielas. In: *O Arqueólogo Português*. Série IV. 18. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia, p. 71-84.
- SILVA, A. R. (2004)** – A *villa* romana de Frielas: tempo, Espaço e Funcionalidade. In: *Arqueologia como Documento* [Catálogo de Exposição]. Loures. Câmara Municipal de Loures. Departamento Sociocultural. Divisão do Património Cultural, p.11-19.
- SILVA, A. R. ; SANTOS, S. P. dos (No Prelo)** – Acompanhamento de obra revela eventual *villa* e assentamento pré-histórico (Via T5 – Unhos a Sacavém) Loures In: *Atas das Jornadas de Arqueologia o Vale do Tejo em Território Português*, realizadas entre 3 e 6 de abril de 2008, no Museu de Cerâmica de Sacavém.
- TAVARES, A. A. (2004)** – A costa portuguesa há dois mil anos. In: TAVARES, António Augusto, TAVARES, Maria José Ferro e CARDOSO, João Luís (eds.), *Evolução Geohistórica do Litoral Português e Fenómenos Correlativos*. Atas do Colóquio. Lisboa. Universidade Aberta, p.435.
- VIEGAS, Catarina (2003)** – *A terra sigillata da Alcáçova de Santarém. Cerâmica, economia e comércio*. In: *Trabalhos de Arqueologia*. 26. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa.

NOTAS

- ¹ São considerados para o presente estudo a totalidade dos fragmentos recolhidos entre as campanhas de 1997 e 2006.
- ² POLICARPO, Ana Raquel, Contributo para o Estudo dos Contentores Anfóricos no Ager Olisiponense: As Villae de Frielas e das Almoínhas, Relatório Final, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de História, 2005/2006, policopiado.
- ³ Na ausência de um estudo arqueométrico do material anfórico da villa de Frielas, não é possível identificar, ainda, a origem produtora desses mesmos contentores.
- ⁴ OLANDA, F. de, 1571, “Da fábrica que falece à cidade de Lisboa” in *Archivo Español de Arte y Arqueología*, nº 15, Madrid, 1929.
- ⁵ SILVA, A.R., 2004, “Alguns apontamentos sobre a freguesia de Sacavém” in *Arqueologia como Documento, Catálogo da Exposição de Arqueologia, Câmara Municipal de Loures, Divisão do Património Cultural, Rede Municipal de Museus – Museu Municipal de Loures*, pp. 53-4.
- ⁶ A.A.V.V., 2004, São João da Talha. In: *História e Fé*, 1ª edição, São João da Talha, pp. 117-8.
- ⁷ BARRADAS, E., “Notícia de sítio arqueológico em Santa Iria da Azóia” in *Museus, Revista da Rede Museus de Loures*, nº 03 (no prelo).
- ⁸ CASTRO, João Bautista de, 1762, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, 2ª ed., tomo I, partes I e II, na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, p. 34. Este autor refere, ainda, os portos de Massaroca, Santa Iria e Póvoa.